

Breve panorama econômico e socioterritorial recente da região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia, Brasil

Brief economic and socioterritorial vision of the Southern Cocoa Region of the State of Bahia, Brazil

Paulo César Bahia de Aguiar

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo apresentar e discutir, a partir de um breve panorama econômico e socioterritorial, os principais fatores que levaram à recente transformação sofrida pela Região Cacaueira da Bahia (Microrregião Ilhéus-Itabuna) e suas implicações na organização do espaço regional. Para que o principal objetivo proposto fosse alcançado, fizeram-se levantamentos bibliográficos e documentais (artigos e livros impressos ou publicados na internet) sobre o tema. Além disso, foram feitos levantamentos de dados secundários de natureza socioeconômica da microrregião em estudo junto a instituições governamentais de planejamento, por meio de técnicas de documentação indireta e levantamento de documento cartográfico (mapa de distribuição da população por municípios segundo o censo de 2010) disponível em site. Os levantamentos bibliográficos e documentais possibilitaram com que fosse feita a fundamentação do artigo na discussão dos resultados. Os dados secundários, tratados e representados por meio de tabelas e gráficos e o documento cartográfico levantado, reforçaram os resultados da pesquisa e as análises feitas. Como resultado obteve-se que nas últimas décadas essa região (microrregião) sofreu substanciais transformações tanto em âmbito econômico quanto também em âmbito socioterritorial, influenciado grandemente pela sua última e até então mais grave crise naquela que por décadas foi a sua principal atividade econômica: a cacauicultura. Tais transformações, no entanto, não se deram apenas e tão somente por esse fator, mas também influenciadas por transformações que já vinham em curso no cenário nacional, bem como no cenário internacional, promovidas em razão do processo de globalização da economia capitalista.

Palavras-chave: Panorama Econômico, Dinâmica Socioterritorial, Região Cacaueira, Globalização.

Abstract

The main objective of this paper is to present and discuss, on the basis of a brief economic and social-territorial panorama, the main factors that led to the recent transformation undergone by the Cacaueira da Bahia Region (Ilhéus-Itabuna Microregion) and its implications for the organization of the regional space. In order for the main objective proposed to be achieved, bibliographic and documentary studies on the subject (articles and books printed or published on the Internet) were carried out. In addition, secondary data surveys of socio-economic nature of the micro-region were conducted in conjunction with government planning institutions, using techniques of indirect documentation and mapping available on site (map of population distribution by municipality according to the 2010 census). The bibliographic and documentary surveys made it possible to establish the basis of the article in the discussion of the results. The secondary data, processed and represented by means of tables and graphs and the cartographic document raised, reinforced the results of the research and the analyses made. It is evident that in the last decades this region (micro-region) has undergone substantial transformations both in the economic sphere and in the social and territorial sphere, greatly influenced by its last and most serious crisis in what for decades was its main economic activity: cocoa farming. These transformations, however, were not only due to this factor, but were also influenced by changes taking place in the national as well as in the international scenarios, promoted by the process of globalization of the capitalist economy.

Keywords: Economic Outlook, Socioterritorial Dynamics, Cocoa Region, Globalization.

Recibido el 31 de marzo de 2018, aceptado el 04 de mayo de 2018.

Introdução

A busca pela compreensão da realidade de uma determinada região em suas especificidades internas, na conjuntura atual, mesmo que no âmbito de um estado, não é uma tarefa simples, sobretudo por conta das marcas impressas pelo capitalismo globalizante, as quais descaracterizam muitos aspectos típicos desses espaços em nome da lógica econômica do sistema.

No entanto, a despeito disso, a busca incessante por compreender a dinâmica de uma determinada região, a exemplo da região produtora de cacau do Sul Estado da Bahia (Microrregião Ilhéus- Itabuna), constitui-se algo primordial para o entendimento da sua dinâmica interna e dos fatores externos que a tem influenciado, de forma a lançar luz às suas possibilidades futuras de desenvolvimento.

A mencionada região, segundo Chiapetti (2009), caracterizou-se ao longo de sua existência enquanto uma derivação. Originalmente, essa derivação se deu em razão da exploração promovida pela metrópole portuguesa (quando o Brasil foi uma colônia daquele país, ou mesmo na fase de vice-reino ou de reino unido ao de Portugal), influenciada pelos interesses econômicos europeus fruto do mercantilismo vigente à época e suas variações no tempo. Posteriormente, pela mudança na estrutura de poder em muitos países da Europa.

A formação histórico-geográfica dessa região remonta ao início da colonização do território nacional, por se constituir em uma das áreas pioneiras da colonização pós-descobrimiento. Quando da divisão do território colonial em grandes regiões geográfico-administrativas (as capitânicas hereditárias), em 1534, com fins de

colonização, as extensões de terras que atualmente configuram essa região estavam essencialmente inclusas na capitania de São Jorge dos Ilhéus, criada em 1534, cujos limites territoriais eram ao norte o rio Jequiricá e ao sul o rio Jequitinhonha.

Essa capitania hereditária, cuja sede era a vila de São Jorge dos Ilhéus, criada no século XVI, inicialmente teve na exploração da madeira e na produção do açúcar as suas principais atividades, cujo principal interesse era a demanda desses produtos na Europa e a lucratividade que a partir dos mesmos se poderiam obter (a capitania de Ilhéus foi importante ainda na produção de alimentos, e teve na atividade de criação bovina uma atividade complementar). Essa capitania, no entanto, já era coadjuvante na produção do açúcar desde as últimas décadas do século XVI e ao longo do século XVII, influenciado grandemente por problemas relativos a custos operacionais e pelas investidas dos índios, o que levou muitos engenhos a serem transferidos para a Baía de Todos os Santos (Dias, 2003).

Segundo Trindade (2011), a vila de Ilhéus, sede da capitania de São Jorge dos Ilhéus, foi sede administrativa de um extenso território no sul da Bahia, entre os séculos XVI e XVIII, quando então essa capitania foi incorporada à capitania da Bahia, na condição de comarca, em 1753.

Conforme consta em trabalho da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI 1992), a capitania de Ilhéus e a de Porto Seguro foram compradas pela coroa portuguesa e incorporadas à capitania da Bahia em 1761, devido a colonização dessas capitânicas não terem alcançado o sucesso para ambas almejado, tornando-se abastecedoras de alimentos para o Recôncavo e outras capitânicas.

O cacau (*Theobroma cacao* manjar dos deuses), planta nativa do trópico americano, originário provavelmente das nascentes dos rios Amazonas e Orinoco (Rocha, 2008;

Sambuich, 2006), teve sua inserção no Sul da Bahia em 1746 (Piasentin & Saito, 2014), na Fazenda Cubículo, localizada no então povoado (atual município) de Canavieiras, ao Sul da sede da Vila de Ilhéus e a esta pertencente, a partir de sementes trazidas do Pará. No entanto, o seu desenvolvimento enquanto atividade só foi acontecer posteriormente, após sua inserção na sede da Vila de Ilhéus e dela se espalhando pela região.

O crescimento em importância da atividade cacaujeira vai se dar somente a partir do século XIX (na época imperial do Brasil e no Brasil republicano) por meio do crescimento da demanda internacional pelo produto para fabricação de chocolate, o que fez com que o plantio do mesmo crescesse e se expandisse significativamente no Sul da Bahia, levando à forte migração de pessoas de outras regiões do estado e de Sergipe para essa região. Esse produto torna-se em 1904/05 o principal produto da pauta de exportação do Estado da Bahia, até o ano de 1988.

A atividade econômica monocultura cacaujeira influenciou grandemente na formação de uma região cacaujeira no Sul do Estado da Bahia, cuja configuração ficou mais evidente por volta da década de 1930 em diante, e foi responsável também, ao longo do século 20, pela formação de vários povoados, distritos e municípios, bem como por concentrar por décadas a maior parcela da população dos municípios no espaço rural e por dinamizar a economia desses municípios.

Contudo, as diversas oscilações que essa economia cacaujeira sofreu por conta de diferentes fatores internos e externos à região (fatores estaduais, nacionais e internacionais), reforçadas pelas três grandes crises que essa atividade sofreu (1930, a partir da quebra da bolsa de Nova York em 1929; 1957 e 1964/65, a partir da expansão dessa atividade, sobretudo em colônias inglesas e francesas na África; a partir de 1987, em razão de diferentes fatores internos

e externos, agravados a partir de 1989 com a inserção da praga *vassoura-de-bruxa*), fizeram com que a região sofresse profundas transformações socioespaciais, tivesse momentos de retração econômica, e que a maior parte dos seus municípios passasse nas últimas décadas por um processo de reorganização socioeconômica.

Este artigo se apresenta enquanto uma continuidade dos estudos sobre a mencionada região, microrregião, de forma a contribuir com o aprofundamento dos estudos regionais a partir da realidade de um contexto específico dentro da dinâmica global.

Sendo assim, este artigo tem três objetivos, apresentar algumas concepções de região e regionalização; identificar e apresentar as principais denominações (regionalizações) empregadas para a região em estudo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaujeira (CEPLAC); apresentar e discutir, a partir de um breve panorama econômico e socioterritorial, os principais fatores que levaram à recente transformação sofrida pela Região Cacaujeira da Bahia (Microrregião Ilhéus-Itabuna) e suas implicações na organização do espaço regional.

Material e métodos

Área de estudo

O Estado da Bahia, localizado no Nordeste do Brasil, está dividido em sete mesorregiões, conforme regionalização de 1989/90 do IBGE, sendo elas: Extremo Oeste Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Centro Norte Baiano, Nordeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Centro Sul Baiano e Sul Baiano. Esse estado também está subdividido em 32 microrregiões geográficas. As Microrregiões Ilhéus-Itabuna, Valença e Porto Seguro compõem a Mesorregião Sul Baiano (figura 1).

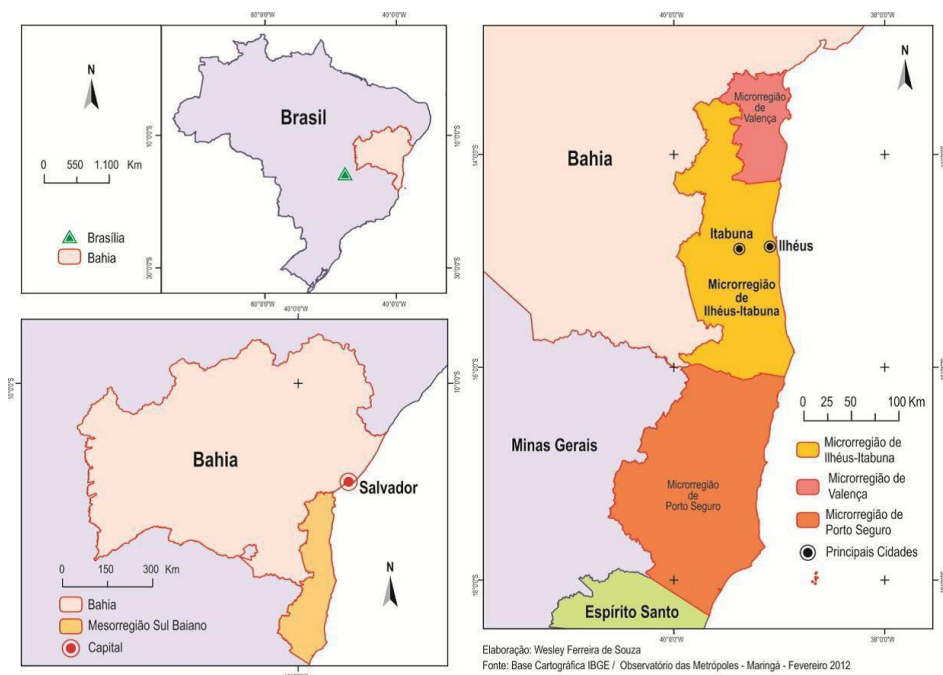


Figura 1. Localização da microrregião Ilhéus-Itabuna na mesorregião Sul Baiano, da mesorregião Sul Baiano no estado da Bahia, e do estado da Bahia no Brasil. Fonte: Rangel (2013).

Figure 1. Location of the Ilhéus-Itabuna microregion in the South Baiano Meso-region, the South Baiano meso-region in the state of Bahia, and the state of Bahia in Brazil. Source: Rangel (2013).

A Microrregião Ilhéus-Itabuna apresenta uma população total de 1.020.642 habitantes (segundo o censo de 2010 do IBGE); o seu clima predominante é o tropical úmido Am, conforme a classificação de Köppen, e está inserida no Bioma da Mata Atlântica.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos delineadores da pesquisa que levaram a obtenção dos resultados e deram base para as discussões empreendidas foram definidos a partir da revisão de literatura, a partir da leitura de livros impressos e de artigos publicados na internet.

Para a breve apresentação das concepções de região e regionalização foram feitos levantamentos de artigos científicos disponíveis na internet e de livros impressos.

Para a identificação e apresentação das principais denominações empregadas para a região em estudo pelo IBGE e pela CEPLAC, também foram feitos levantamentos de artigos científicos e livros impressos sobre a região, além de documentos oficiais do IBGE publicados na internet e identificação dessas denominações empregadas, o ano dessa regionalização, o critério empregado e o total de municípios abrangidos pela região nessas regionalizações. Complementa esse tópico ainda a apresentação de algumas regionalizações promovidas para o Estado da Bahia pelo IBGE quanto por secretarias no âmbito do Governo do Estado da Bahia. Por sua vez, para que o principal objetivo proposto fosse alcançado, fizeram-se levantamentos bibliográficos e documentais (artigos e livros impressos ou publicados na internet) sobre o tema. Além disso, foram feitos levantamentos de dados

secundários de natureza socioeconômica da microrregião em estudo junto a instituições governamentais de planejamento, por meio de técnicas de documentação indireta e levantamento de documento cartográfico (mapa de distribuição da população por municípios segundo o censo de 2010) disponível em site. Os levantamentos bibliográficos e documentais possibilitaram com que fosse feita a fundamentação do artigo da discussão dos resultados. Os dados secundários, tratados e representados por meio de tabelas e gráficos, e o documento cartográfico levantado, reforçaram os resultados da pesquisa e as análises feitas.

Resultados e discussão

Região e regionalização: algumas concepções em geografia

Na ciência geográfica os conceitos aplicados e critérios utilizados na definição de região estiveram diretamente atrelados às diferentes correntes de pensamento que nortearam essa ciência no transcurso de sua existência (Arriola, 2008), com acepções distintas e conteúdos diferenciados conforme o contexto histórico e os interesses ideológicos, indo desde as clássicas e já superadas determinista, possibilista, método regional e teórico-quantitativista, às mais recentes com certa vigência - humanística e crítica (Gomes, 1995; Contel, 2015), e as tendências atuais, sendo que dentre as clássicas houve importantes contribuições para regionalizações propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o território nacional.

Dos enfoques mais recentes com certa vigência, a Geografia humanística, com uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo, a partir da noção empírica do sentimento de pertencimento, entende o regional enquanto espaço vivido, sendo que a região, a depender do conteúdo simbólico contido na escala em que os fenômenos ocorrem, pode ter o seu conceito confundido com o de lugar (Gomes, 1995;

Lencione, 2005). Por sua vez, a Geografia crítica aborda a noção de região a partir da articulação dos modos de produção, conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, relações entre Estado e a sociedade local, e pela introdução da dimensão política, em que o processo de diferenciação de áreas é reforçado por processos sociais, políticos e econômicos, difundidos de forma desigual e contraditória (Castro, 2002, 2005; Finn & Hanson, 2017).

Há dois enfoques que estão sendo bem trabalhados atualmente para entender as regiões como espaços subnacionais: o enfoque centrado no sócio-político-institucional por um lado (que se associa a um pós-estruturalismo) e o enfoque econômico-produtivo (que se liga à geografia crítica), os quais contribuem para enriquecer análises sobre a dinâmica das regiões na conjuntura atual.

Dentro dessas discussões, Agnew (2001) chama a atenção para uma economia política focada nas regiões voltada para o estabelecimento do desenvolvimento econômico, sendo que estudos geográficos têm examinado os usos políticos, demonstrando que regiões estão crescendo isoladamente por questões de movimentos políticos autonomistas e secessionistas e divisões, em regiões específicas, dentro de estados, sendo que a imputação étnica é que ganha atenção e não seu atributo regional ou outro. Apesar disso, aponta que o atributo regional é importante, pois permite que se analise a dimensão regional de revoltas anti-estado e a possibilidade da divisão e multiregionalismo como soluções.

Segundo Agnew (2015) o estudo da economia política das regiões dentro dos países se expandiu consideravelmente nos últimos anos e o estudo das políticas das regiões também sofreu mudanças importantes, estando entre as mais notáveis a reconfiguração de regiões dentro de contextos globais e continentais. Conforme Agnew (2015), no passado as

regiões foram vistas predominantemente como entidades subnacionais aninhadas nos contextos nacionais, sendo que os discursos de estudos regionais até recentemente tendiam a enquadrar as diferenças regionais dentro dos contextos nacionais. Este autor aponta que a noção de regiões subnacionais além de seus Estados é uma nova maneira de pensar as regiões. Contudo, essa forma de pensar descreve fenômenos que tem muito mais história do que a chamada era da globalização vigente a partir dos anos de 1970. Menciona que há ressalvas importantes para esse repensar as regiões subnacionais, sendo que a descentralização e a liberalização podem estar em desacordo, as hierarquias territoriais nem sempre funcionam em novos níveis de governo substituindo os antigos.

Allen & Allan (2007) analisam a ideia de regiões enquanto territorialidade fixada em algum senso político vital e uma concepção obstinada, mobilizadas por interesses seletivos e para estabelecer identidades regionais. Segundo esses autores, afirmar que regiões são construções, não é afirmar tal limite, pois entidades territoriais incluem todas as relações políticas que a produz. Assim, põe à frente uma visão relacional da região baseada em um conjunto de atores políticos, alguns públicos, outros privados, onde elementos de governo central e local são “guardados” dentro das regiões, não estando sobre ou fora delas.

Neumann (2010), por sua vez, explora a incorporação da teoria da geografia humana dentro da ecologia política com foco nas regiões. Este autor faz uma revisão de como regiões são teorizadas na geografia humana e conclui que políticas ecologistas tem usado o conceito inconsistentemente. Sugere que três trajetórias em recentes estudos oferecem possibilidades de uma mais rigorosa teorização de regiões dentro da ecologia política: trabalhos empregados de teorizações da produção social do espaço e a constituição da natureza, espaço e sociedade; engajamentos com a literatura da economia política dos recursos naturais, especialmente

recursos conflitantes; e trabalho unindo orientação do materialismo histórico e a “nova” geografia regional com o discurso teórico.

Murphy (1991), ao focar as regiões como construções sociais, procura analisar as brechas existentes entre a teoria e a prática, que envolve desde o enfoque no contexto local a partir das experiências das pessoas incrementando a reconstituição de estruturas sociais, até o desenvolvimento e a transformação regional na dinâmica do moderno capitalismo, assumindo as diferenças regionais importante papel nas mudanças sociais, econômicas e políticas.

No cerne dessas discussões sobre a região, contribuições como a de Paasi (2002, 2003, 2004, 2009a, 2009b), Stedman, Parkigs, & Becley (2004), Tonts (2009), Jonas (2012) y Clark, Harrison, J. & Miguelez (2018) são extremamente salutares para compreensão de como se vem enxergando as mesmas nos dois enfoques recentes de visão de espaço subnacional.

Diferentes regionalizações para a região Cacaueira do Sul do estado da Bahia

O estabelecimento de regiões oficiais no Brasil, com fins administrativos e de planejamento, no âmbito federal, é uma atribuição do IBGE. No entanto, os estados, secretarias e outras instituições também podem criar as suas regionalizações, com diferentes finalidades conforme as suas atribuições, permanecendo contudo, a do IBGE como oficial (principal) para o território nacional e para os entes da federação.

O pontapé inicial para o início do processo de regionalização do território nacional e dos entes da federação se deu a partir da criação do IBGE em 1938, o qual contava com o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia e a criação da Revista Brasileira de Geografia em 1939, o que levou a realização de vários estudos com a finalidade de se conhecer os recursos

contidos no território brasileiro e para o conhecimento estatístico, possibilitando o estabelecimento da primeira regionalização oficial do território nacional. Sendo assim, em 1940 o IBGE divide o espaço em zonas fisiográficas, sendo elemento principal as condições ambientais.

No transcurso do tempo, várias foram as regionalizações adotadas pelo IBGE para o território nacional e para os entes da federação, influenciado por diferentes correntes de pensamento da geografia. Além dessas regionalizações oficiais do IBGE, houveram as regionalizações promovidas no âmbito do próprio governo dos estados para os seus territórios, secretarias, e as regionalizações paralelas propostas por intelectuais para o território nacional.

O Estado da Bahia, atualmente, possui 417 de municípios, se constituindo no quarto maior em número de municípios e o quinto maior em extensão territorial entre os estados da federação. Para este estado, diferentes foram as regionalizações propostas no transcurso do tempo. Em conjuntura recente, algumas podem ser apontadas pelo seu foco e abrangência. Dentre essas, tem-se a regionalização do IBGE de 1989/90, em que a Bahia possui sete mesorregiões e trinta e duas microrregiões.

Com fins de coordenar ações de promoção do turismo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo/Secretaria de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/SUDETUR) estabeleceu uma divisão do território baiano em 13 zonas turísticas: Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Costa do Descobrimento, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Sudoeste, Chapada Diamantina, Lagos e cânions do São Francisco, Vale do Jiquiriçá e Vale do São Francisco.

Por sua vez, por meio da SEI o Governo do Estado da Bahia, até meados da década de 2000, agrupava os municípios, por suas

características, em 15 regiões econômicas: Metropolitana de Salvador, Extremo Sul, Oeste, Serra Geral, Litoral Norte, Sudoeste, Litoral Sul, Médio São Francisco, Baixo-médio São Francisco, Irecê, Chapada Diamantina, Recôncavo Sul, Piemonte da Diamantina, Paraguaçu e Nordeste.

No entanto, essa regionalização foi substituída a partir de 2007 pela dos 26 Territórios de Identidade, voltado ao planejamento territorial.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), por meio da resolução nº43 de março de 2009, também dividiu o estado em 26 regiões (as regiões hidrográficas ou Regiões de Planejamento e Gestão das Águas, RPGA). Contudo, posteriormente, por meio da resolução nº 88 de 26 de novembro de 2012, reduziu o total de 26 para 25 RPGA (ao unir duas delas em uma só)

Em relação à região produtora de cacau do Sul do Estado da Bahia (tabela 1), quando da primeira regionalização promovida pelo IBGE, essa foi designada de Zona do Cacau, ou Zona Fisiográfica Cacaueira (Rocha, 2008). Já em 1966, o IBGE passa a designar a Zona do Cacau de Microrregião Homogênea Cacaueira. No ano de 1968, o IBGE muda a designação de Microrregião Homogênea Cacaueira para Região Cacaueira. Essa designação de região cacaueira, mesmo com as novas designações oficiais posteriores para a microrregião, continuou sendo utilizada pelas pessoas no cotidiano. O IBGE, em 1989/90, estabelece uma nova denominação para a Região Cacaueira, passando oficialmente a se chamar Microrregião Ilhéus-Itabuna. Em 2008, o IBGE passa a estabelecer a Região de Influência da Aglomeração Ilhéus-Itabuna (Trindade, 2011). A partir de 2017 o IBGE passou a estabelecer a Região Geográfica Intermediária Ilhéus-Itabuna composta pelas Regiões Geográficas Diretas de Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro e de Camacan. Segundo essa nova regionalização do IBGE, a Região

Geográfica Intermediária Ilhéus-Itabuna (com 22 municípios); Teixeira de Freitas tem sob sua influência 51 municípios. Essa Região Geográfica Intermediária Ilhéus-Itabuna é composta de quatro Regiões Geográficas Imediatas: Ilhéus-Itabuna (com 22 municípios); Eunápolis-Porto Seguro (com 8 municípios); e Camacan (com 8 municípios) perfazendo os 51 municípios.

Tabela 1

Denominações dadas pelo IBGE e pela CEPLAC para a região produtora de cacau do Sul da Bahia no transcurso do tempo. Fonte: Rocha (2008); Trindade (2011); IBGE (2017)

Table 1

Denominations given by the IBGE and CEPLAC for the cocoa producing region of the South of Bahia in the course of time. Source: Rocha (2008); Trindade (2011); IBGE (2017)

Ano	Órgão/ Instituição	Denominação	Critério	Nº de municípios
1940	IBGE	Zona Fisiográfica Cacaueira	Fisiografia e posição geográfica, partindo da homogeneidade física.	24
1966	IBGE	Microrregião Homogênea Cacaueira	Combinação de diferentes elementos, a exemplo do físico, do econômico e do humano, com prevalência de um deles.	-
1967	IBGE	Microrregião Cacaueira	Homogeneidade econômica	28
1968	IBGE	Região Cacaueira	Delimitação da área de produção de cacau articulando-a a dimensão espacial.	-
1970	CEPLAC	Região do Diagnóstico: (Microrregião Cacaueira)/ Sudeste da Bahia	Homogênea de per si Definir uma região do polígono do diagnóstico da produção de cacau	89
1974	CEPLAC	Grande Região Cacaueira	Complexidade Econômica	89
1990	IBGE	Microrregião Ilhéus- Itabuna	Predomínio de uma cidade (ou aglomeração urbana) sobre o espaço regional	41
2008	IBGE	Região de Influência da Aglomeração Ilhéus- Itabuna	Atualização dos estudos sobre a rede urbana considerando as transformações recentes da urbanização brasileira decorrentes da globalização da economia e dos impactos da tecnologia no território.	53
2017	IBGE	Região Geográfica Intermediária*	Buscar um modelo de divisão regional no qual a unidade identificada tenha coerência interna e certo grau de permanência de seus atributos constitutivos - patamar mínimo de características estruturantes do espaço geográfico (tamanho da população, quantidade de municípios), ao mesmo tempo em que reflita sua relação externa em direção a um mundo que se articula e se transforma por meio de diversas redes.	51

Dinâmica recente da região Cacaueira da Bahia

A partir da década de 1970 substanciais transformações passaram a acontecer no contexto internacional, modificando a dinâmica socioeconômica e espacial da maior parte das potências mundiais, influenciadas, sobretudo, pelo processo de globalização da economia capitalista que passou a estar em curso, resultado também das transformações no âmbito dos transportes e das comunicações, acelerando o ritmo de vida e das relações econômicas e encurtando as distâncias. As redes geográficas passaram a interconectar diferentes pontos em uma escala planetária; requerendo re-pensar as perspectivas futuras da Geografia Regional (Wood 1999).

No entanto, as transformações que passaram a ocorrer em escala mundial não levaram ao fim da existência das regiões como pensavam alguns, mas sim às suas ressignificações, ao adquirirem novos conteúdos e funcionalidades, na conjuntura mundial em globalização.

A Região produtora de cacau do Sul do Estado da Bahia, nessa conjuntura, ao mesmo tempo em que possuía suas características internas específicas, também passou a se inserir de forma mais enfática na dinâmica econômica nacional e internacional, enquanto um espaço exportador primordialmente do produto primário cacau, e receptor de diferentes produtos de outros contextos, e suscetível às consequências dos revezes que essa realidade poderia lhe trazer.

Nessa conjuntura internacional de transformações, que em âmbito nacional se inseriu na política econômica do desenvolvimento a qualquer custo impresso por governos do regime militar que comandaram o país à época, reflexos materiais foram trazidos para a realidade da Região Cacaueira da Bahia, como a inserção de um novo, moderno e mais amplo Porto, em Ilhéus (o Porto do Malhado, em

1970/71), fixo de recebimento e escoamento de mercadorias e de passagem de pessoas, nó que interconecta redes em âmbito nacional e internacional, e a implantação de diferentes infraestruturas no espaço urbano de Ilhéus e Itabuna (centros polarizadores da região). Entre fins da década de 1970 e início da década de 1980 acontece a instalação do Centro Industrial de Itabuna e o Distrito Industrial de Ilhéus (Trindade, 2011), propiciando uma nova divisão territorial do trabalho e também os centros comerciais desses dois municípios, tanto o varejista quanto o atacadista, firmam-se como os mais dinâmicos da região.

No entanto, devido ao fato de a região continuar a ter em um produto primário de exportação (a monocultura cacaueira) a base de sua economia, continuou suscetível às diferentes oscilações dos preços internacionais do produto e dos diferentes fatores ligados ao mesmo (tanto no âmbito da própria região, quanto no nacional ou mesmo no internacional). Tanto assim que, entre as décadas de 1970 e 1980, a região apresentou momentos de retração no desenvolvimento do produto, por conseguinte na sua própria economia, assim como momentos áureos no seu crescimento produtivo e econômico.

Um crescimento econômico e produtivo ocorrido na década de 1970 alcançou um momento áureo na década de 1980, mais especificamente em 1984/85, quando a produção dessa região contribuiu significativamente para que tanto o Estado da Bahia quando o Brasil alcançasse a maior produção de cacau já registrado na história (Bahia: 381.034 toneladas; Brasil: 403.000 toneladas).

Contudo, a conjugação de um conjunto de fatores internos e externos à região e internacionais, geraram uma grave crise na cacaucultura regional a partir de 1987. Tal crise se aprofundou com a inserção, em 1989 da praga vassoura-de-bruxa e seu posterior alastramento pela região, a ponto de alcançar em 1992, toda região, dizimando

muitas lavouras de cacau e abrindo espaço para a ocorrência de uma significativa transformação na dinâmica econômica e socioespacial.

Transformação econômica

Dotada de um rico mosaico no que se refere às características da sua paisagem, evidenciando os diferentes usos e ocupações que é feito da terra, a Microrregião Ilhéus-Itabuna representa uma importante área para o desenvolvimento do estado da Bahia. Esse mosaico é formado, dentre outros, por unidades da paisagem, como solos, relevo, geologia, vegetação, cursos hídricos, além de distintas atividades agrícolas (lavoura permanente e lavoura temporária), criação extensiva e intensiva de animais, núcleos urbanos e rurais, etc.

Enquanto no sentido do litoral para o interior dessa microrregião se desenvolveu e predominou a monocultura do cacau, do interior para o sentido do litoral se desenvolveu e ganhou relativa importância a pecuária bovina, que passou a ocupar relativas áreas que passaram a ser destinadas a pastagens (pecuária provinda originalmente

dos lados de Vitória da Conquista para a mencionada microrregião).

Nessa microrregião por longo período predominou como sua principal atividade econômica a monocultura do cacau (em sua maioria desenvolvida sob o sistema cabruca, ou seja, plantios de cacau formando o estrato inferior, sombreados por árvores de porte mais alto formando o estrato superior da floresta). Contudo, em período recente, essa atividade cedeu algum espaço para o desenvolvimento de diferentes tipos de atividades. Essa cessão de espaço, no entanto, não significou o abandono ou substituição de amplas áreas de produção para dar lugar a outras atividades, essa redução foi a percentual não tão significativo, diferente da produção de cacau que sofreu várias oscilações, com momentos de retração bem acentuados, embora ainda seja o produto agrícola mais desenvolvido (Chiapetti, 2009). As atividades agrícolas, desenvolvidas em grande medida em solos de tabuleiros, são importantes para essa microrregião, tanto as desenvolvidas em grandes áreas quanto, e, sobretudo, as desenvolvidas em pequenas áreas por agricultores familiares, para sua subsistência e para o alimento do restante da população.

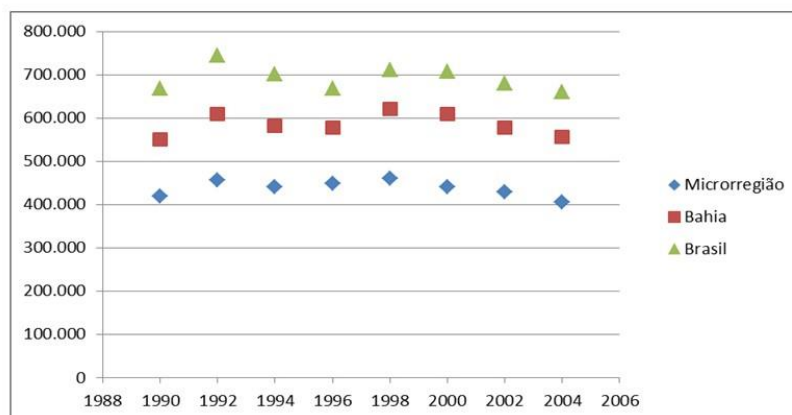


Figura 2. Evolução das áreas plantadas com cacau na Microrregião Ilhéus-Itabuna, no estado da Bahia e no Brasil de 1990 a 2004. Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/ DATASUS, Departamento de informática do SUS. Ministério da Saúde. Brasil (2006).

Figure 2. Evolution of the areas planted with cacao in the Ilhéus-Itabuna Microregion in the State of Bahia and Brazil from 1990 to 2004. Source: Own elaboration based on IBGE/ DATASUS, Departamento de Informática do SUS. Ministério da Saúde. Brasil (2006).

Agrave crise que se instalou na cacauicultura regional, acentuada pela praga vassoura-de-bruxa, levou a substanciais oscilações na produção do produto, com grande declínio do mesmo tanto na escala regional, quanto estadual ou mesmo nacional, sobretudo nos primeiros anos da década de 2000 (tabela 2). Tal fato levou a microrregião da condição de exportadora para a condição

de importadora, implicando em profundas modificações na dinâmica econômica dos seus municípios e a que os mesmos passassem lentamente por um processo de reorganização socioeconômica, culminando na consolidação do setor terciário (comércio e serviços) como o principal setor de atividades nesses municípios e não mais o setor primário.

Tabela 2

Produção de amêndoas de cacau no Brasil, na Bahia e na microrregião Ilhéus-Itabuna.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Adaptado de Chiapetti (2009)

Table 2

Production of cocoa almond in Brazil, Bahia and Ilhéus-Itabuna microregion.

Source: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Based on Chiapetti (2009)

ESCALA	PERÍODO									
	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	
Brasil	356,0	328,6	330,6	256,8	280,8	196,8	174,8	196,0	212,3	
Bahia	298,0	263,6	271,9	204,2	235,0	137,6	110,2	136,2	148,7	
Microrregião Ilhéus-Itabuna	229,5	204,9	210,5	152,0	175,9	87,8	70,4	95,0	101,0	

Conforme se pode observar pela figura 3, comparando com a tabela 2, foi entre os anos de menor produção de amêndoas de cacau na microrregião que se deram as maiores quantidades de importações de amêndoas de cacau pelas empresas processadoras instaladas nessa microrregião; período esse em que a crise da cacauicultura sofreu maior agravo, por conta das infestações das lavouras e das dificuldades dos produtores em lidar com o problema e arcar com as dívidas contraídas e os prejuízos obtidos.

No entanto, já em conjuntura recente, após investimentos em diferentes formas de se tentar controlar ou se adaptar à presença da vassoura-de-bruxa, a exemplo da clonagem do cacau, gerando espécies mais resistentes, ou mesmo por outros meios, assim como a reestruturação de muitos produtores, a

microrregião voltou a estar na condição de exportadora do produto.

Outras diferentes atividades econômicas de menor expressão na microrregião se inseriram ou foram reforçadas nela, dinamizando a sua realidade. Por exemplo, por meio da PRODETUR/SUDETUR o Governo do Estado da Bahia criou a Costa do Cacau (polo turístico), que originalmente compreendia as cidades de Ilhéus, Itacaré, Canavieiras e a Ilha de Comandatuba (no município de Una), potencializada pelas belezas cênicas naturais dessas localidades litorâneas e pelas infraestruturas de hotéis, pousadas e arquitetura histórica nelas presentes, e também por empreendimentos que se instalaram ou projetaram se instalar voltados para o turismo (a exemplo de grandes resorts). Posteriormente, os

municípios não litorâneos Itabuna (por ser um dos centros econômicos dinâmicos da microrregião) e Santa Luzia (por sua potencialidade para o turismo rural) foram inseridos no polo turístico Costa do Cacau. A presença desse eixo turístico na microrregião deu uma nova visibilidade à mesma, por colocá-la na rota de destinos

turísticos procurados não apenas por consumidores da atividade no âmbito nacional, mas também internacional, haja vista o fato da mesma receber transatlânticos no porto de Ilhéus, e voos de diferentes localidades do país tanto no aeroporto de Ilhéus quanto no de Comandatuba.

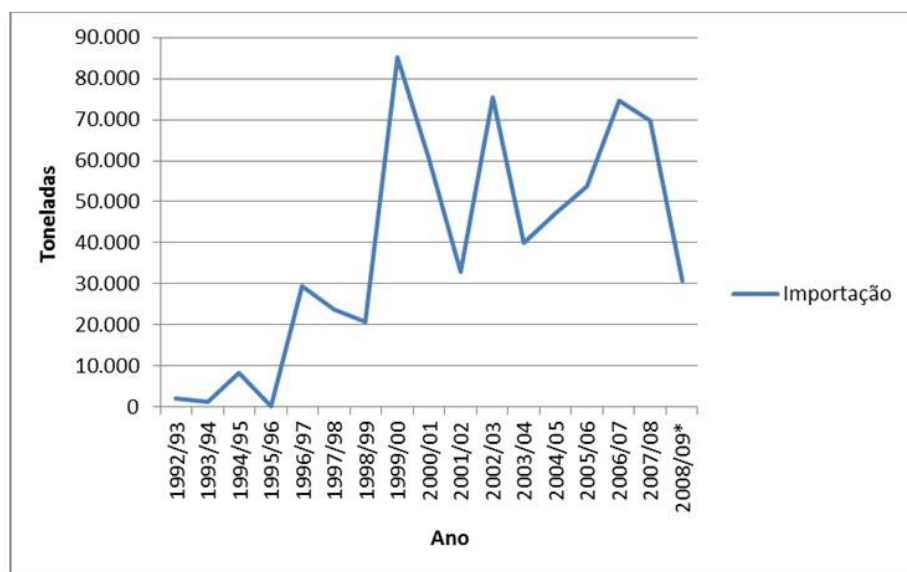


Figura 3. Quantidade de amêndoas de cacau importada pelas empresas processadoras da Região Cacaueira do Sul da Bahia, de 1992 a 2008. Fonte: Elaboração própria a partir de Chiapetti (2009).

Figure 3. Amount of cocoa almonds imported by cocoa processing companies Cacao Region of the South of Bahia, from 1992 to 2008. Source: Own elaboration based on Chiapetti (2009)

Na porção sul do território da microrregião (mais especificamente nos municípios de Itapebi, Belmonte e Canavieiras), já em 2005 haviam extensas áreas com plantios de eucalipto, promovido por empresas situadas no Extremo Sul do Estado, voltadas sobretudo à produção de papel e celulose, para atender aos mercados consumidores dessas empresas (em especial a exportação para o exterior). Também no município de Canavieiras, a partir dos anos 2000, instalaram-se às margens da rodovia BA 001 (sentido

Canavieiras-Una) vários empreendimentos de carcinicultura, criação de camarões em cativeiros, em extensos tanques-criatórios em fazendas, atividade essa que foi direcionada para o município a partir de propagandas e incentivos do governo do estado da época, os quais possibilitaram a ida de empresários do Sudeste e Sul do país para o município, e para o Baixo Sul e o Extremo Sul do Estado.

Além das atividades de comércio e serviços, das atividades industriais, da pecuária e da

agricultura, tem importância na microrregião as atividades ligadas ao extrativismo da pesca, do marisco e de crustáceos, em áreas de mar, rios e manguezais (que são extensos na faixa litorânea) desenvolvidos sobretudo por pessoas de baixa condição socioeconômica. Soma-se ainda na economia o fato de muitos programas assistencialistas do governo federal e estadual passarem a atender as populações menos favorecidas, o que contribuiu na microrregião para o aumento

da circulação de dinheiro (movimentando diferentes setores da economia).

Na Microrregião Ilhéus-Itabuna, conforme pode-se observar pela figura 4, as seis maiores economias são as dos municípios de Itabuna e Ilhéus (centros polarizadores da rede urbana regional), Ipiaú, Gandu e Camacan (centros de zona), e Canavieiras, ao possuírem entre 1999 e 2015 os seis maiores PIB (Produto Interno Bruto).

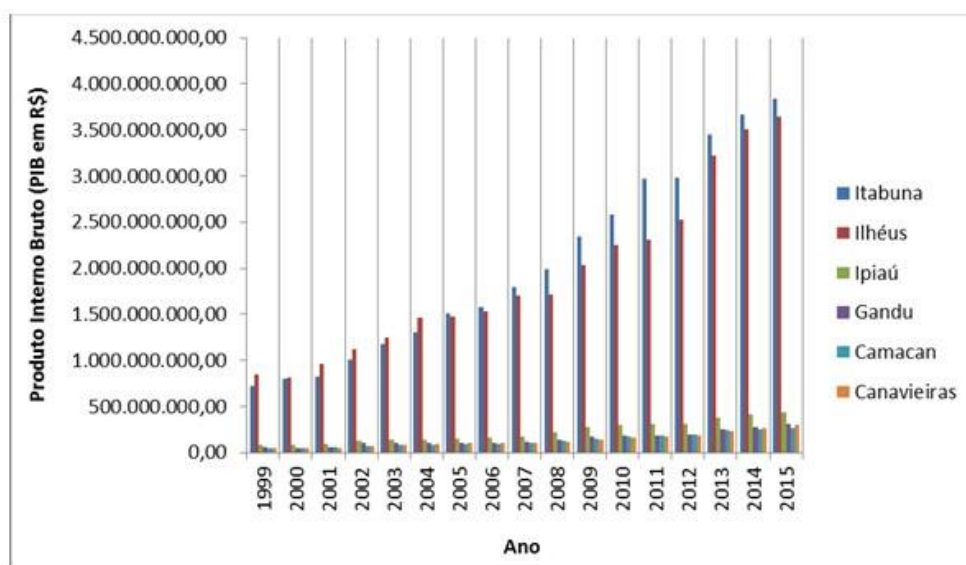


Figura 4. Produto interno bruto dos municípios de Itabuna, Ilhéus, Ipiaú, Gandu, Camacan e Canavieiras, de 1999 a 2015. Fuente: Elaboração própria a partir de IBGE.

Figure 4. Gross domestic product of the municipalities of Itabuna, Ilhéus, Ipiaú, Gandu, Camacan and Canavieiras, from 1999 to 2015. Source: Own elaboration based on IBGE.

Modificação na dinâmica socioterritorial

Com a última crise na cacauicultura, a dinâmica socioterritorial nos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna passou por profundas transformações. Segundo Nascimento, Domingues, & Silva (2009: 17), “durante este período muitas fazendas foram abandonadas, e os trabalhadores tiveram que migrar para os centros urbanos, aumentando a leva de pessoas excluídas”. Boa parte dos municípios dessa

microrregião sofreu, nesse período, uma inversão da maior concentração de suas populações do espaço rural para o espaço urbano, embora municípios de maior contingente populacional, como Itabuna, Ilhéus, Ipiaú, Canavieiras, já haviam passados por esse processo de transição, em que a maior parcela de suas populações passou a ser urbanas, antes da inserção da vassoura-de-bruxa em seus territórios. A partir da crise, vários municípios perderam parcelas de suas populações para os centros

urbanos de Ilhéus e Itabuna, ou mesmo para outras regiões do país (sobretudo o Sudeste).

Diferentemente do Estado da Bahia, mas seguindo uma tendência nacional, a

Microrregião Ilhéus-Itabuna já em 1980 tinha a maior parcela de sua população concentrada nos espaços urbanos (tabela 3). Tendência essa que só fez aumentar no transcurso do tempo.

Tabela 3

População rural, urbana, total e taxa de ruralização e de urbanização na Microrregião Ilhéus-Itabuna, do Estado da Bahia e do Brasil em 1980, 1991, 2000 e 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata. Censos Demográficos IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010

Table 3

Rural, urban, total population and ruralization and urbanization rate in the Ilhéus-Itabuna Microregion, Bahia State and Brazil in 1980, 1991, 2000 and 2010. Source: Own elaboration based on Ipeadata. Censos Demográficos IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010

ESCALA	SITUAÇÃO	PERÍODO			
		1980	1991	2000	2010
MICRORREGIÃO ILHÉUS- ITABUNA	RURAL	436.489	432.582	291.002	216.108
	(%)	47%	39%	27%	22%
	URBANA	491.642	686.959	796.584	796.993
	(%)	53%	61%	73%	78%
	TOTAL	936.331	1.130.142	1.096.188	1.020.642
BAHIA	RURAL	4.852.371	4.847.428	4.305.306	3.914.430
	(%)	51%	41%	33%	28%
	URBANA	4.745.022	7.007.729	8.761.604	10.102.476
	(%)	49%	59%	67%	72%
	TOTAL	9.597.393	11.855.157	13.066.910	14.016.906
BRASIL	RURAL	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007
	(%)	32%	25%	19%	16%
	URBANA	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
	(%)	68%	75%	81%	84%
	TOTAL	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799

Conforme se pode observar na figura 5, no período de 1991 a 2010 a tendência da população total da Microrregião Ilhéus-Itabuna foi de redução, ou seja, a microrregião perdeu população para outras localidades/regiões do estado ou do país. No ano 2000, segundo o censo, essa microrregião apresentava um número total de 33.954 pessoas a menos em relação à população que possuía no ano de 1991, ou seja, uma redução de 3%. Nesse mesmo

período cerca de 71% dos municípios apresentaram perda de população, ou seja, 29 dos 41 municípios da microrregião. No ano de 2010, segundo o censo, a referida microrregião apresentava um número total de 75.546 pessoas a menos em relação à população que possuía no ano 2000, ou seja, uma redução de 6,9%. Nesse mesmo período, cerca de 76% dos municípios apresentaram perda de população, ou seja, 31 dos 41 municípios da microrregião.

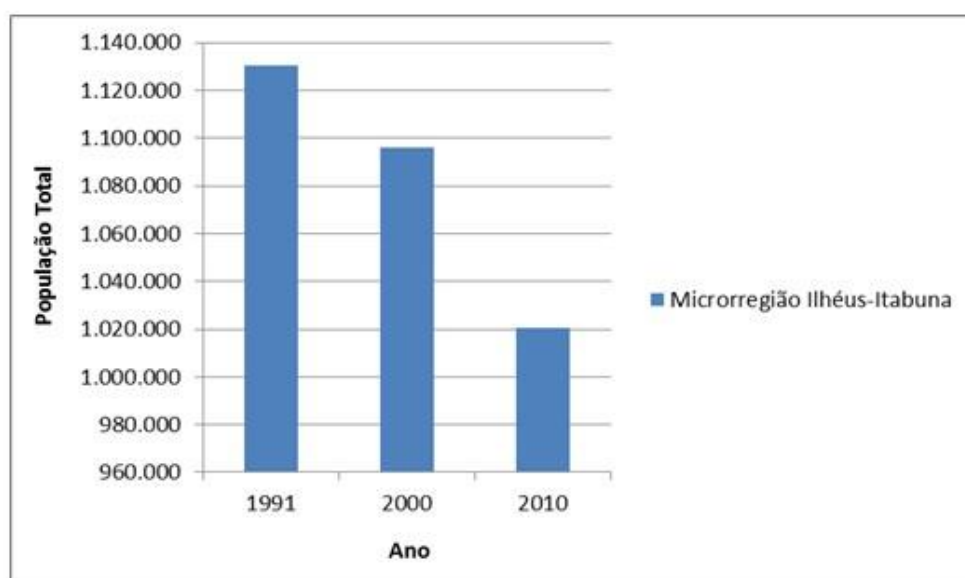


Figura 5. Evolução da população total da microrregião Ilhéus-Itabuna, segundo os censos de 1991, 2000 e 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2010)

Figure 5. Evolution of the total population of the Ilhéus-Itabuna microregion, according to the censuses of 1991, 2000 and 2010. Source: Own elaboration based on IBGE (2010)

Segundo o censo de 2010, predominam na microrregião Ilhéus-Itabuna os municípios com população entre 10.001 e 20.000 habitantes (14 municípios); seguido pelos municípios com população entre 20.001 e 40.000 habitantes (13 municípios); em seguida vinham os municípios com população de menos de 10.000 habitantes (11 municípios); e de 40.001 a 100.000

habitantes, de 100.001 a 200.000 habitantes, e acima de 200.001 habitantes havia um município em cada uma dessas categorias (figura 6). As seis maiores populações se encontravam nos municípios de Itabuna (204.710 hab.), Ilhéus (184.231 hab.), Ipiaú (44.430 hab.), Camacan (32.468 hab.), Canavieiras (32.331 hab.) e Gandu (30.329 hab.).

Nesse contexto de transformações ocorridas na microrregião influenciadas pela crise na cacauicultura, ganhou força e destaque o movimento de luta por reforma agrária, sobretudo o liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra (MST). Sendo que muitos trabalhadores desempregados com origem na terra se uniram ao movimento em busca de condições de vida e subsistência para si e suas famílias na terra.

Segundo Aguiar, Bruno, Sampaio, & Costa (2015: 91), “algumas fazendas que faliram

e que foram abandonadas se tornaram assentamentos rurais: umas a partir de ocupações e conflitos armados, outras através de ocupação e negociação-e muitos ex-trabalhadores dessas fazendas se tornaram assentados”. Até o ano de 2011, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2011, em Meliani, 2014), o Sul da Bahia possuía 85 projetos de assentamentos rurais, os quais se encontram em diferentes fases de organização conforme as fases definidas pelo INCRA.

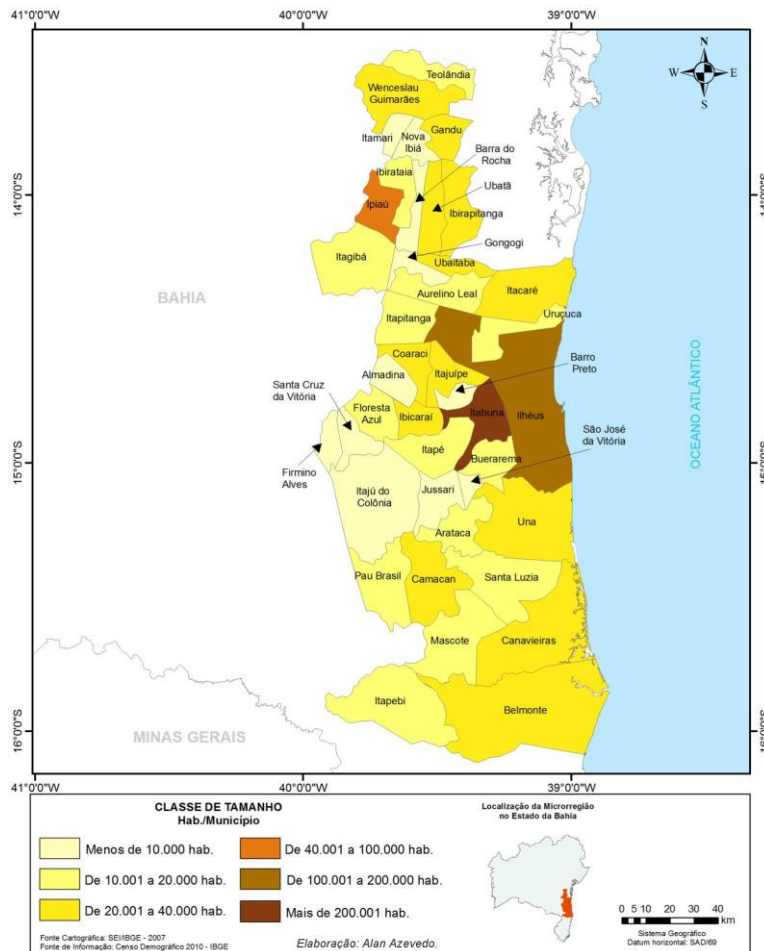


Figura 6. Habitantes por município na Microrregião Ilhéus-Itabuna segundo o censo de 2010 do IBGE. Fuente: Azevedo (2014)

Figure 6. Population per municipality in the Ilhéus-Itabuna microregion according to the 2010 IBGE census. Source: Azevedo (2014)

Considerações finais

A Região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia, objeto desse estudo, ao longo do tempo foi foco de diferentes regionalizações (recebendo, portanto, diferentes denominações) conforme a dinâmica do seu contexto ia se modificando, propiciando-lhe novos conteúdos, ou mesmo conforme ia se mudando os critérios ou interesses da esfera que promovia a regionalização.

Nas últimas décadas essa região (microrregião) sofreu substanciais transformações tanto em âmbito econômico quanto também em âmbito socioterritorial, influenciado grandemente pela sua última e até então mais grave crise naquela que por décadas foi a sua principal atividade econômica: a cacauicultura.

Tais transformações, no entanto, não se deram apenas e tão somente por esse fator, mas também influenciadas por transformações que já vinham em curso no cenário nacional (tanto na questão econômica quanto no que se refere ao processo de urbanização), bem como no cenário internacional, promovidas em razão do processo de globalização da economia capitalista, que se apropria e transforma as diferentes regiões conforme a lógica e o interesse do sistema.

Infraestruturas, serviços e funções foram inseridos nessa microrregião transformando a sua dinâmica e acelerando o ritmo dos acontecimentos e da produção.

Enquanto um possível espaço derivado da lógica econômica global, essa microrregião requer estudos mais aprofundados que levem em consideração diferentes nuances que possibilitem compreendê-la a partir de uma dimensão mais ampla e mais minuciosa de forma a entender as suas possibilidades futuras, pois, embora estudar a realidade

de uma região, como a abordada, em suas multiplicidades, não seja uma tarefa simples, mas é algo essencialmente necessário para a compreensão do próprio estado no qual a mesma está inserida e como uma contribuição para o aprofundamento dos estudos regionais na ciência geográfica. Levando-se em conta que a valorização do capital ambiental e social (Beaurain, Rouaud, & Arnould, 2017), e a importância da dimensão social são fatores essenciais para a busca de um desenvolvimento sustentável (Sébastien & Brodhag, 2004).

Referências

- Agnew, J. (2001). Regions in revolt. *Progress in human geography*, 25(1), 103-110. <https://doi.org/10.1191/030913201673210318>
- Agnew, J. (2015). Unbundled territoriality and regional politics. *Territory, politics, governance*, 3(2), 119-123. <https://doi.org/10.1080/21622671.2015.1031580>
- Aguiar, P.C.B. de, Bruno, N.L., Sampaio, L.A.G. & Costa, L.C.B. (2015). Desafios ao desenvolvimento do assentamento rural Coroa Verde, Município de Barra do Rocha, Estado da Bahia, Brasil. *Entorno geográfico, Colômbia*, 11, 86-113. Recuperado de <http://entornogeografico.com/index.php/EntornoGeografico/article/view/109>
- Allen, J. & Cochrane, A. (2007). Beyond the territorial fix: regional assemblages, politics and power. *Regional studies*, 41(9), 1.161-1.175. <https://doi.org/10.1080/00343400701543348>
- Arriola, A. T. (2008). Propuesta de definición histórica para región. *Estudios de historia moderna y contemporánea de México*, 35, 181-204. Recuperado de <http://www.scielo.org.mx/pdf/ehmcm/n35/n35a6.pdf>
- Azevedo, A. (2014). *Pesquisas. Microrregião Ilhéus-Itabuna* [blog] Recuperado de <https://comunicidades.wordpress.com/2014/07/07/microrregiao-ilheus-itabuna/>

- Beaurain, C., Rouaud, R., & Arnould, P. (2017). Le capital environnemental: esquisse d'une notion pour la compréhension des dynamiques socio-environnementales. *Développement durable et territoires*, 8(3), 1-13. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.11947>
- Castro, I.E. (2002). A região como problema para Milton Santos. *Scripta nova*, 6, 124. Recuperado de <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124e.htm>
- Castro, I.E. (2005). *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. EAN 9788528611618.
- Chiapetti, J. (2009). *O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região Cacaueira da Bahia*. (Tese doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo, Brasil). Recuperada de <http://hdl.handle.net/11449/104368>
- Clark, J., Harrison, J., & Miguelez, E. (2018). Connecting cities, revitalizing regions: the centrality of cities to regional development. *Regional studies*, 52(8), 1.025-1.028. <https://doi.org/10.1080/00343404.2018.1453691>
- Contel, F.B. (2015). Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. *Saúde e sociedade*, 24(2), 447-460. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902015000200005>
- Dias, M. H. (2003). As feitorias de madeira e a ocupação territorial da antiga capitania de Ilhéus. *Especiaria*, 11-12, 145-177.
- Finn, J. C. & Hanson, A-M. (2017). Critical geographies in Latin America. *Journal of Latin American geography*, 16(1), 1-15. <https://doi.org/10.1353/lag.2017.0008>
- Gomes, P.C.C. (1995). O conceito de região e sua discussão. In I.E. de Castro, P.C.da C. Gomes e R.L. Corrêa, (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas* (pp. 49-76). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2011). *Relação dos projetos de reforma agrária do Brasil*. Brasília, DF: Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento (DT).
- Jonas, A. E. G. (2012). Region and place. *Progress in human geography*, 36(2), 263-272. <https://doi.org/10.1177/0309132510394118>
- Lencione, S. (2005). Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In A.F.A. Carlos (Org.). *Novos caminhos da geografia*. 5 ed. São Paulo: Contexto.
- Meliani, P.F. (2014). Políticas públicas e produção do espaço no Sul da Bahia: análise da situação por município dos projetos de reforma agrária na microrregião Ilhéus-Itabuna. *Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais, Recife*, 3(1), 231-255. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5842587>
- Murphy, A. (1991). Regions as social constructs: the gap between theory and practice. *Progress in human geography*, 15(1), 23-35. <https://doi.org/10.1177/030913259101500102>
- Nascimento, D. M. C., Dominguez, J. M. L., & Silva, S. B. de M. (2009). Mudanças

- na ocupação econômica do litoral Sul da Bahia: Os exemplos de Belmonte e Canavieiras. *Revista desenhavia*, 10, 7-28.
- Neumann, R. (2010). Political ecology II: theorizing region. *Progress in human geography*, 34(3), 368-374. <https://doi.org/10.1177/0309132509343045>
- Piasentin, F. B. & Saito, C. H. (2014). Os diferentes métodos de cultivo de cacau no sudeste da Bahia, Brasil: aspectos históricos e percepções. *Boletim museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*, 9(1), 61-78. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n1/05.pdf>
- Paasi, A. (2002). Place and region: regional worlds and words. *Progress in human geography*, 26(6), 802-811. <https://doi.org/10.1191/0309132502ph404pr>
- Paasi A. (2003). Region and place: regional identity in question. *Progress in human geography*, 27(4), 475-485. <https://doi.org/10.1191/0309132503ph439pr>
- Paasi, A. (2004). Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in human geography*, 28(4), 536-546. <https://doi.org/10.1191/0309132504ph502pr>
- Paasi, A. (2009a). Regions and regional dynamics. In *The Sage Handbook of European Studies*, edited by C. Rumford. Los Angeles: SAGE: 464-484.
- Paasi, A. (2009b). The resurgence of the 'region' and 'regional identity': theoretical perspectives and empirical observations on regional dynamics in Europe. *Review of international studies*, 35, 121-146. <https://doi.org/10.1017/S0260210509008456>
- Rangel, M. C. (2013). *A crise do território-região cacaueira da Bahia: os nós discursivos nas tramas do poder local para manter o território - 1980- 2010*. (Tese de doutorado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR). Brasil). Recuperada de <http://www.pge.uem.br/documentos-para-publicacao/teses/teses-2013-pdfs/MariaCristinaRangelTeseFinal.pdf>
- Rocha, L. B. (2008). *A Região Cacaueira da Bahia – dos coronéis do cacau à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus-Bahia: Editus. ISBN 978-85-7455-147-0. Recuperado de http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/a_regiao_cacaueira_da_bahia.pdf
- Sambuich, R. H. R. (2006). Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacaueira do sul da Bahia, Brasil. *Acta botânica brasileira*, 20(4), 943-954. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-33062006000400018>
- Sébastien, L. & Brodhag, C. (2004). A la recherche de la dimension sociale du développement durable. *Développement durable et territoires*, 3, 1-21. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.1133>
- Stednam, R., Parkigs, J., & Beckley, T. (2004). Resource dependence and community well-being in rural Canada. *Rural sociology*, 69(2), 213-234. <https://doi.org/10.1526/003601104323087589>
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). (1992). *Região Sul da Bahia: panorama geoeconômico*. Salvador.
- Tonts, M. (2009). Labour market dynamics in resource dependent regions:

an examination of the western Australian goldfields. *Geographical research*, 48(2), 148-165. <https://doi.org/10.1111/j.1745-5871.2009.00624.x>

Trindade, G. A. (2011). *Aglomeração Itabuna - Ilhéus: cidade, região e rede urbana*. (Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe. SE. Brasil).

Recuperada de <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/732820572t.pdf>

Wood, G. (1999). On the future of regional geography. *Geographica helvetica*, 54(4), 199-207. Recuperado de <https://www.geogr-helv.net/54/199/1999/gh-54-199-1999.pdf>